



**A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: NÚMEROS DA
ÚLTIMA DÉCADA**

**THE EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: NUMBERS OF
THE LAST DECADE**

Lorena Passos De Souza
Universidade Federal Do Recôncavo Da Bahia (UFRB)
Rosilda Arruda Ferreira
Universidade Federal Do Piauí (UFPI)
Luana Passos De Souza
Universidade Federal Do Piauí (UFPI)

RESUMO

De longa data, a Educação Superior (ES) brasileira é marcada por um processo de estratificação social, dado o acesso restrito a uma população branca e elitizada. Todavia, a última década, vivenciou francos investimentos na ES que, em alguma medida, vem contribuindo para mudanças desse cenário. Posto isso, a questão central deste trabalho é averiguar a evolução do quantitativo de alunos na ES no Brasil, nos últimos anos, buscando entender os avanços presenciados no acesso a esse nível de ensino após as políticas de expansão implementadas pelo governo federal. Com efeito, averiguou-se pela análise descritiva dos dados da Pnad, dos anos de 2003-2015, o avanço do número de alunos nas Instituições de Educação Superior (IES) públicas e privadas, da presença dos negros e pobres, e a expansão do ensino em regiões menos desenvolvidas, o que sinaliza para um processo, concomitante, de expansão e inclusão na ES.

Palavras-chave: Ensino Superior. Expansão. Políticas Públicas.

ABSTRACT

For a long time, Brazilian higher education is marked by a process of social stratification, given the restricted access to a white and elitist population. However, the last decade has experienced frank investments in higher education, which some measure, has contributed to change this scenario. Thus, the central question of this work is to investigate the evolution of the quantitative of students in higher education in Brazil, in recent years, seeking to understand the advances seen in access to this level of education after the expansion policies applied by the federal government. As a result of the descriptive analysis of PNAD data, from 2003-2015, the number of students in public and private higher education institutions, the presence of blacks and the poor, and the expansion of education in regions less developed countries, which points to a concomitant process of expansion and inclusion in higher education.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”.

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Key words: Higher Education, Expansion, Public Policies.



1 INTRODUÇÃO

A ES no Brasil, por longa data, foi marcada por trajetórias de desigualdade, em que pobres, mulheres e negros não encontravam espaço. Diante desta injusta realidade e das pressões exercidas pela sociedade em torno da questão, o governo sinaliza com um processo de democratização da ES, abrindo perspectivas por meio da criação de um conjunto de políticas públicas voltadas à expansão do acesso a esse nível de ensino para segmentos tradicionalmente dele excluídos.

No bojo da expansão da ES, tanto com relação ao número de instituições, quanto de vagas e de ingressantes, bem como do de matrículas, observou-se um maior acesso da população mais pauperizada a esse nível de ensino. Nesse caso, os programas de expansão, além de ampliarem o número de vagas, também intencionaram dar suporte à permanência dos alunos nos cursos.

Nesse cenário, está em curso um enérgico processo de democratização do campus brasileiro e, nesse movimento, a ES, espaço que a pouco era exclusivo da elite masculina branca, passou a ser acessível para outros estratos populacionais, evidenciando que as políticas de expansão têm se revelado como importantes portas de acesso à ES para grupos sociais que antes não tinham essa oportunidade.

Posto isso, o objetivo do estudo é analisar a evolução do acesso dos alunos que ingressaram na ES nos últimos anos, visando entender as tendências dessa expansão e alguns de seus desafios imediatos e futuros.

O artigo encontra-se dividido em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção se apresenta a revisão de literatura sobre a expansão da ES nos últimos anos. Na segunda seção, de modo breve, se aborda a metodologia. E a terceira seção é composta pela descrição dos dados da Pnad, entre os anos de 2003 e 2015, sobre a expansão da ES brasileiro.

2 EXPANSÃO DA ES: o que indicam as pesquisas nacionais

A ES no Brasil foi marcada por uma longa história de elitização. As IES eram ocupadas, de modo quase exclusivo, pela elite branca, realidade que começou a ser mudada no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com a adoção de algumas

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



políticas que possibilitaram o aumento de vagas nas IES privadas em 110,8% em seus oito anos de governo (CALDERÓN, 2000).

Um momento de guinada na ES, tanto pública quanto privada, se deu nos governos que precederem FHC. Em seus 12 anos de gestão o Partido dos Trabalhadores adotou diversas medidas de expansão da ES, de modo geral, mas também de inclusão das populações mais pauperizadas.

Em 2005, nos primórdios do governo Lula, inaugurou-se o processo de adensamento da ES privada, dessa feita, por meio do Programa Universidade para Todos (Prouni). O Prouni é um programa que fornece bolsas de estudo parciais e integrais, oportunizando a inclusão de mais alunos no sistema de ES privado (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006). Este programa traduz-se como uma ação pública que visa garantir a inclusão, o acesso e a permanência, abrindo espaço e oportunizando o estudo a grupos que, historicamente, enfrentam obstáculos no acesso à ES (MORAIS, 2011)

Já se tratando da rede pública de ensino, a expansão universitária começa em 2003 com a interiorização dos campi das Universidades Federais. No ano de 2003 o número de municípios que possuíam uma Universidade Federal era de 114, passando até o final de 2011 para 237 (CHACON; CALDERÓN, 2015).

Em seu segundo mandato, o presidente Lula lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), tendo como objetivo não apenas o acesso, mas também a permanência na ES, assumindo uma sequência de medidas para expansão do ensino e dessa vez na rede federal de educação (CHACON; CALDERÓN, 2015). Cislighi (2011, p.248) caracteriza como o objetivo do programa, “a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”.

A expansão da ES federal, portanto, pode ser dividida em duas fases: uma que compreende os anos de 2003 a 2007, e outra após 2007 com a instituição do Reuni. Durante a primeira fase, foram criadas 08 universidades federais em diversos estados, na segunda fase foram criadas mais 06, entre os anos de 2003 e 2010 (BARROS, 2015). Conforme MEC (2009), dados do Relatório do Primeiro Ano – Reuni 2008, os avanços foram expressivos desde o início do Reuni: houve no primeiro ano do programa um

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



aumento de 14.826 novas vagas nas universidades federais, e, 14.825 cursos presenciais de graduação.

Com relação às IES privadas, além do Prouni, outra iniciativa do governo foi a criação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), criado em 1999, com objetivo de conceder financiamento subsidiado pelo governo as IES privadas.

Dessa forma, programas como o Prouni, o Reuni e o Fies, estabeleceram-se como pilares do movimento de expansão da ES (BARBOSA; et al. 2016) e surgiram como proposições para enfrentar as desigualdades de acesso à ES, tanto pública quanto privada (ZAGO; PAIXÃO; PEREIRA, 2016)

Pode-se dizer que essas ações favoreceram, de fato, o adensamento do ensino superior. Mancebo, Vale e Martins (2015) mostram que, entre 1995 e 2010, houve um crescimento considerável no número total de matrículas (presenciais e a distância), pois em 1995 esse número era de 1,7 milhões, e passou a ser 6,4 milhões, em 2010, totalizando, em dezesseis anos, um crescimento de 262,52%. Vale salientar que o maior crescimento no número de matrículas foi nas IES privadas, que apresentaram um crescimento de 347,15%, sendo quase o dobro em relação as IES públicas cujo aumento foi de apenas 134,58%, entre os anos 1995 a 2010.

Cabe sublinhar que as IES privadas são aquelas que mais oferecem cursos noturnos e que, em função disso, possuem uma demanda destacada. Para Barros (2015) é importante salientar que, ao observar o censo nos períodos 2000/2010, percebe-se que a escolha por cursos noturnos foi predominante. Esses representavam 56,1% do total de matrículas em 2000, chegando a 63,5%, em 2010. Os cursos noturnos são escolhidos, geralmente, por aqueles que precisam trabalhar durante o dia, na tentativa de equilibrar estudo com a vida laboral, evidenciando a permanência de uma segregação na ES na medida em que para muitos a única opção é ingressar nas IES privadas que oferecem cursos condizentes com as necessidades de conciliação entre a vida familiar, o estudo, e o trabalho.

Outro ponto relevante a se considerar nessa discussão são as políticas afirmativas. Gomes e Silva (2004) caracterizam as políticas afirmativas, como “(...) políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física” (GOMES; SILVA, 2004, p. 90).

Em que pese os avanços das ações afirmativas, a ES no Brasil ainda é bastante restrita principalmente levando em consideração a situação de pretos e pardos. A população negra representa 50,94% da população total do Brasil, segundo o Censo de 2010, mas o percentual de negros na ES, em 2011, era de 35,8%, contra 65,7% de brancos (PAIXÃO, 2011 apud VARGAS, 2015). As diferenças de oportunidades entre negros e brancos vem de longa data, sendo o acesso à ES um caminho importante para a mitigação da discriminação e marginalização experimentada por negros na sociedade.

Outra questão social a ser equacionada na ES é o acesso da população pobre e das periferias. Mesmo com a expansão que vem acontecendo nos últimos anos, o campus brasileiro, em especial o público, ainda é ocupado pela população rica, o que revela a perenidade da exclusão dos pobres a melhores oportunidades educacionais. Porém, cabe ponderar que os programas como Prouni e Fies tem permitido aos mais pobres o acesso à ES privada, mesmo com cursos de qualidade questionável. O ensino público também tem abertos caminhos, no bojo do Reuni, embora ainda seja menos proeminente o acesso frente à IES privadas.

Notoriamente, nos últimos anos, a ES no Brasil vem experimentado uma franca expansão. Todavia, um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e excludente torna premente a demanda por universalização do acesso a uma ES de qualidade o que, lamentavelmente, no Brasil ainda se encontra muito distante.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa utiliza a estatística descritiva para investigar a expansão da ES no Brasil. A Análise Descritiva permite a organização, a descrição e a síntese dos elementos importantes observados nos dados. Neste trabalho, são utilizadas as variáveis do quantitativo de alunos na ES, a rede de ensino, os números por região, a cor ou raça, o sexo, e a idade dos alunos.

A análise dos dados pode ser exposta de várias formas. Neste trabalho serão utilizados gráficos demonstrando a evolução no quantitativo de alunos na ES. É válido salientar que ao sintetizar dados perdas de informações podem acontecer, no entanto, é



uma perda justificável, uma vez que sintetizar os dados exige um trabalho de interpretação e de esforço manter a clareza do que se pretende demonstrar.

A análise descritiva de dados valeu-se de informações provenientes da Pnad de 2003 a 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa não apresenta dados do ano de 2010 porque foi o ano do censo e nesses anos esta pesquisa não é realizada. A Pnad é uma das pesquisas que melhor se encaixa na proposta almejada nesse trabalho, uma vez que abrange a maior parte da população brasileira, e pode ser considerada de alta qualidade além de ser regular em sua realização.

4 ENSINO SUPERIOR NA ÚLTIMA DÉCADA

A expansão da ES ganha proeminência a partir do ano de 2003, como já destacado na seção anterior. No bojo das diversas medidas, Prouni, Reuni, Fies, adotadas no período recente, se presenciou um avanço quantitativo, em nada desprezível, de alunos na ES.

Como mostrado no Gráfico 1, o número de alunos que têm acesso à ES no Brasil, seja ela pública ou privada, cresceu ano após ano. Em 2003, o número de alunos era de 4,4 milhões, já em 2015 este número alçou patamar de 7,3 milhões, o que representou um aumento de 264,79%. Aumento este que é deveras significativo, uma vez que ter acesso ao ensino passou a ser mais palpável para muitos brasileiros.



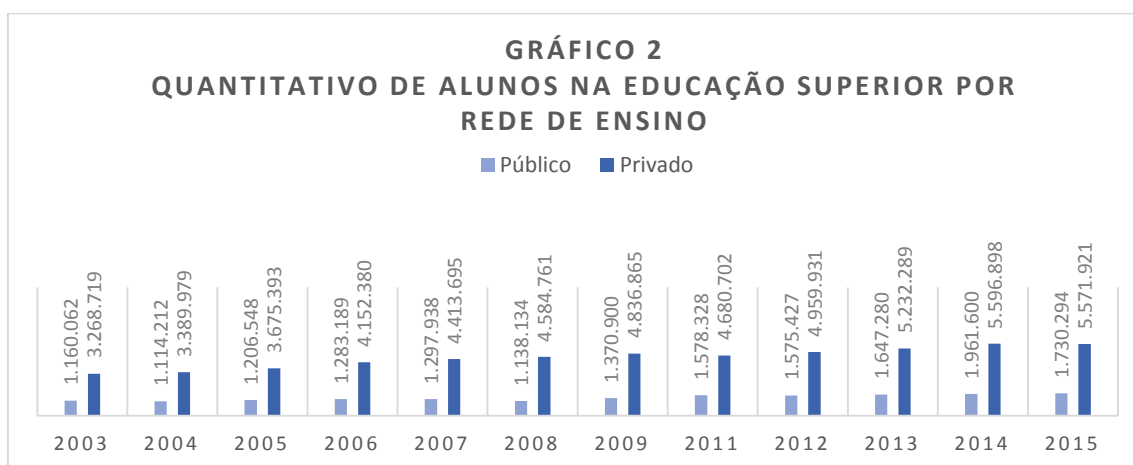
Fonte: PNAD
Elaboração própria



O Gráfico 1 mostra que entre 2005 e 2006 houve um aumento de 11% no número de alunos, aumento mais expressivo do que nos demais anos. Nesse intervalo, o número de matrículas na rede pública de ensino saiu de 1,2 milhões, em 2005, para 1,3 milhões, em 2006, no contraponto, a rede privada saiu de 3,7 milhões, em 2005, para 4,1 milhões, em 2006, como mostra o Gráfico 2. Como o Prouni foi implementado no ano de 2005, esse aumento no quantitativo de alunos no ensino privado deve, em muito, ter sido proveniente desta iniciativa.

Outro dado significativo é a grande diferença entre o número de alunos na ES pública e privada. As IES privadas tiveram entre os anos analisados, cerca de 70,46% de aumento no número de alunos, enquanto nas IES públicas o aumento foi de 49,15%. O que pode ter acontecido por diversas razões, dentre elas a facilidade no ingresso, a baixa concorrência devido ao grande número de instituições ou a gama de cursos disponíveis, especialmente noturnos.

É relevante ponderar ainda que o maior número de alunos também se deve ao fato da ES pública possuir vagas limitadas, além de muitos cursos integrais, enquanto a rede privada possui um grande número de vagas ociosas. Sendo assim, a explicação pode ser tanto pelo lado da oferta como da demanda. O Gráfico 2 mostra o avanço no número de alunos na ES Brasil público e privado.



Fonte: PNAD
Elaboração própria

Observando os números do ano de 2014 e 2015 percebe-se uma pequena queda no número de alunos no ensino privado, o que pode ter acontecido devido aos cortes feitos pelo governo nos programas de financiamento estudantil. Conforme Saldaña

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



(2016), o governo alterou as regras do Fies nos últimos dias do ano de 2014, tornando mais restrito seu acesso. Depois da considerável expansão entre 2010 e 2014, as novas regras ocasionaram uma queda do programa, com o ano de em 2015 apresentando apenas 57% dos contratos de 2014.

Os números apresentando nos Gráficos 1 e 2 devem ser reflexo dos efeitos positivos das políticas de expansão nas IES no período de 2003-2015.

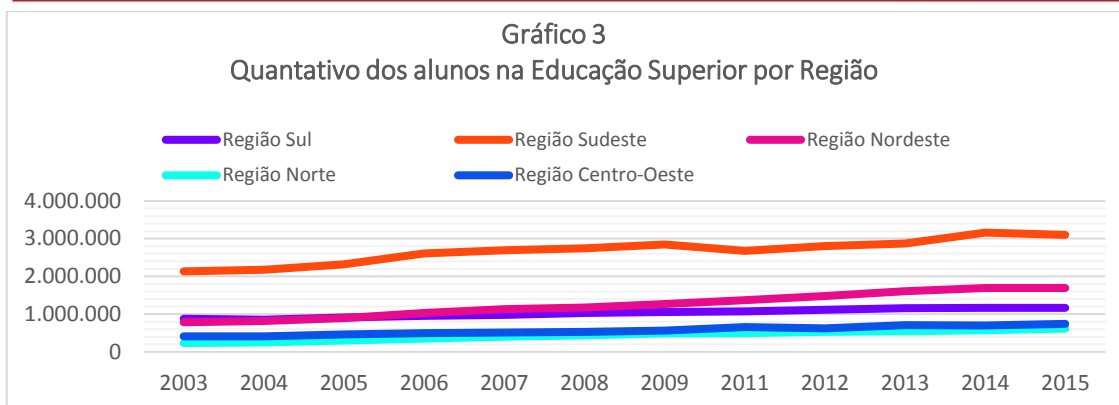
Após apontar o avanço no Brasil de forma geral, é válido também explorar como esse crescimento aconteceu em cada região (Ver Gráfico 3). Verifica-se que o maior quantitativo é na região Sudeste, porém, é preciso pensar que o grande quórum nesta região pode ser pelo fato dessa parte do País possuir maior dinamismo econômico, o que conseqüentemente, gera maior demanda por qualificação profissional.

No período em tela, houve um aumento de 45,17% no número de alunos nessa região, saindo, em 2003, de um patamar de 2,1 milhões para, em 2015, totalizar 3,1 milhões de alunos no ES. Na região Sul a adição foi de 32,7%, no início da série tinha aproximadamente 875 mil alunos, e, passou a ter 1,2 milhões no final.

Em contraposição à grande expansão no Sudeste e Sul, apresenta-se o Norte que possuía um pequeno número de alunos no ensino superior no ano de 2015. Eram 611 mil, porém, a taxa de crescimento, entre 2003 e 2015, foi de 163%, sendo mais proeminente que a presenciada nas regiões Sudeste e Sul. Portanto, a despeito do baixo quantitativo frente as regiões mais desenvolvidas, a quantidade de alunos triplicou, o que sinaliza um notório esforço de prover acesso à ES nos diversos cantos desse continental País.

O Nordeste está logo atrás do Sudeste como a região com maior quantidade de alunos. Porém, a diferença em números é muito grande, mesmo com todo o avanço alcançado pelo Nordeste. Nessa região, o acréscimo foi de 116%. Por fim, a região Centro-Oeste apresenta que apresentou taxa de crescimento de 81,2%, passando de 407 mil, aproximadamente, para 738.105 alunos.

Sendo assim, um olhar mais atento permite entender que apesar do expressivo número de alunos no ES na região Sudeste, a taxa de crescimento (45%) foi menor do que a presenciada na região Norte (163%), e, na região Nordeste (116%).



Fonte: PNAD
Elaboração própria

Os dados que descrevem o total de alunos cursando a ES nos anos da pesquisa, mostram que houve uma ascensão ano após ano, em especial no ensino privado. Assim, embora a expansão da ES no Brasil, nos últimos anos, seja evidente, muitos desafios ainda estão postos, como por exemplo a inserção de jovens na ES e ainda há uma busca pela igualdade de gênero e promoção do reconhecimento da abrangente diversidade étnico-raciais presente na sociedade (ASSUMPCÃO, 2014).

Negros e brancos sempre tiveram oportunidades diferentes na sociedade e no acesso à educação não foi diferente. Por conta disso, as políticas afirmativas foram criadas visando minimizar essas desigualdades. Os argumentos favoráveis às políticas afirmativas, concentram-se exatamente no, “reconhecimento de que o Brasil é um País racialmente desigual e que tal situação é fruto de discriminação e preconceito, e não de uma situação de classe social” (LIMA, 2010, p.87).

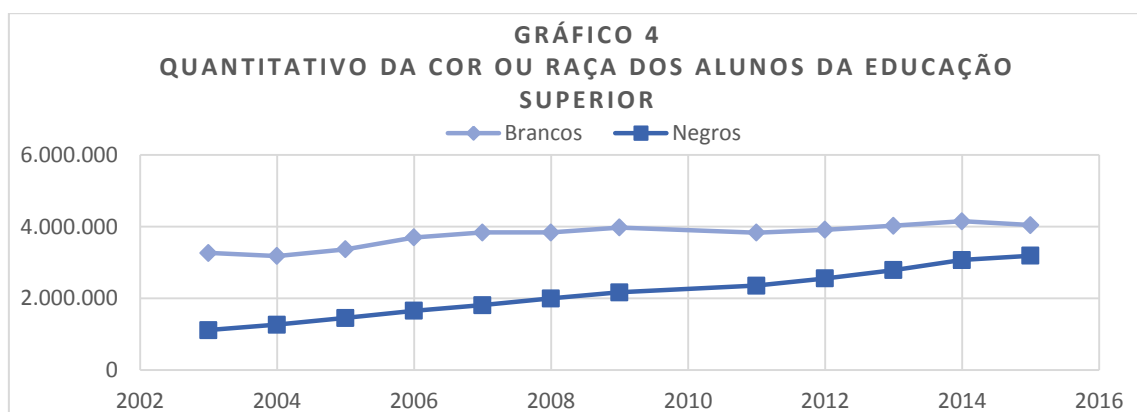
Diante disso, essas ações afirmativas buscam, através da promoção de tratamento especial e diferenciado, resgatar a equidade de oportunidades entre os diversos grupos raciais existentes no país, preferencialmente para àqueles historicamente marginalizados. Portanto, esse tipo de política visa, através do tratamento desigual aos que são desiguais na sociedade, tornar possível a igualdade de oportunidades que, tradicionalmente, foi e ainda é negada aos grupos que são discriminados racialmente (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

A igualdade de oportunidades abre caminho para igualdade de chances, seja na ES, no mercado de trabalho, ou na vida. Sendo assim, a ampliação do acesso à ES tem destacado papel no enfrentamento das desigualdades, especialmente pelo fato das IES



abrirem caminhos para que a população mais pauperizada e discriminada gague mais e melhores oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, abram-se as chances de mobilidade social.

O Gráfico 4 mostra que mesmo com o aumento do ingresso de negros na ES, no Brasil, essa ainda é ocupada em sua maioria pela população branca. Todavia, o movimento parece ser de convergência dado o significativo aumento do quantitativo de negros. A taxa de crescimento da população negra foi nada menos que 186%, entre 2003 e 2015, contra 24% da população branca.

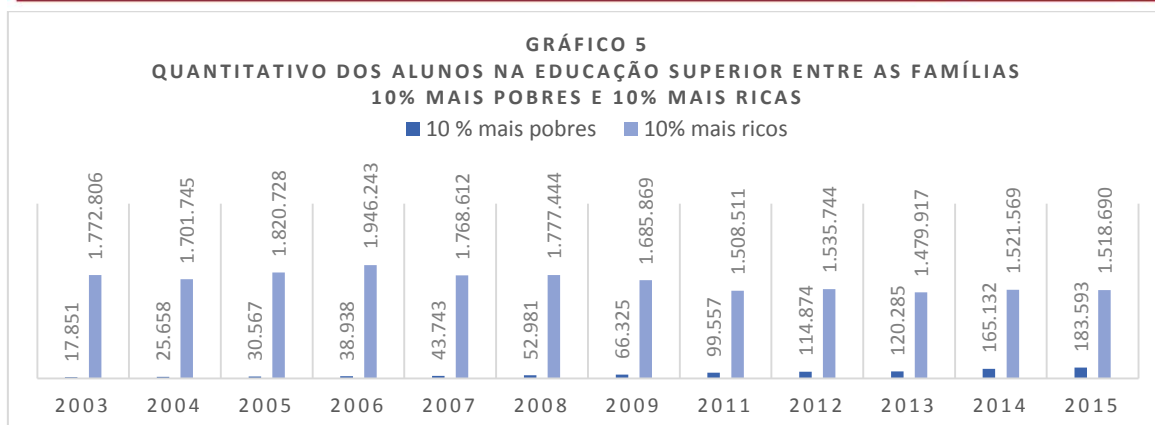


Fonte: PNAD
Elaboração própria

De acordo com dados da Pnad 2015, os negros representam 53,92% da população brasileira, enquanto 45,22% se declaram como brancos, mostrando que o campus brasileiro é aproximadamente 20% mais branco que a sociedade brasileira, mesmo com toda a expansão ocorrida nos últimos anos.

É notório que pretos e pardos vem galgando seu espaço nas IES, na medida que antes representavam 1,1 milhão dos alunos e, em 2015, eram 3,2 milhões. Porém, a supremacia branca ainda é notória: os brancos, em 2003, eram 3,2 milhões, passando a ser 4 milhões, em 2015. Lima (2010) diz que o início do governo Lula, simboliza uma significativa mudança no Movimento Negro e na condução de políticas afirmativas com perspectiva racial, sendo assim esses números mostram uma evolução que pode ser resultado das políticas afirmativas do governo.

Além da maior presença de negros, outro fato que merece relevo é o espaço que vem sendo galgado pelos pobres na ES.



Fonte: PNAD
Elaboração própria

O Gráfico 5 mostra que em relação as famílias 10% mais ricas houve uma desaceleração de 14% no quantitativo de alunos na ES, já em relação as famílias dos 10% mais pobres houve uma expansão de nada menos que 928%. Portanto, embora os ricos ainda representem a grande maioria dos estudantes de nível superior, os pobres, notoriamente, têm encontrado seu espaço nesse ensino. Essa é uma tendência que precisa ser mantida para que os avanços demonstrados anteriormente, que representam um processo de relativa democratização da ES, não se percam nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: sobre desafios e tendências

A história da ES no Brasil é marcada por um processo de estratificação e marginalização. Por longa data, ter um curso superior era algo acessível apenas a elite brasileira, que tem cor e sexo bem definidos: homens brancos. Outros tons, todavia, colore a história recente desse nível de ensino. A última década, no bojo dos governos de esquerda, presenciou um adensamento das políticas sociais e, entre elas, da ES.

Nesse contexto, segundo dados da Pnad, de 2003 a 2015, o número de alunos na ES cresceu 264,79%. Movimento de expansão que se deu tanto no setor público quanto no privado, com mais relevo no último. Esse processo de expansão da ES só foi possível devido a diversas medidas do governo federal tais como: o Prouni, o Reuni e o Fies, fato que revela que, no período recente, houve um claro esforço governamental de promover o acesso a esse nível de ensino.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Ademais, é importante destacar o avanço alcançado pela população mais pobre, que consegue encontrar ainda que em pequena proporção um espaço na educação superior em virtude das políticas afirmativas, mesmo que a população mais rica ainda seja maciçamente maior. Mas, cabe questionar: Até que ponto a expansão favoreceu o processo de democratização? Nesse sentido, o aumento expressivo do quantitativo de população negra e do acesso a ES nas regiões menos desenvolvidas do país, apontam para um avanço com inclusão de populações até então excluídas.

Todavia, o cenário futuro para a política da educação não é dos mais promissores. Dois elementos têm apontado para incertezas em relação ao adensamento, ou até mesmo a manutenção, dessas políticas, são eles: a Emenda 95; e o recente debate sobre a gratuidade da ES. A Emenda 95, que estabelece um teto para as despesas primárias da União, representa, na prática, uma limitação as ações do governo na área social. Nessa direção, estimativas apontam perdas bilionárias para educação, o que certamente interromperá a trajetória até então seguida pela ES.

Outra questão é o recente debate sobre a gratuidade a ES no Brasil e as políticas que o governo tem feito no sentido de garantir o seu acesso, no bojo das críticas do Banco Mundial. O relatório do Banco Mundial diz que na última década as despesas com esse nível de ensino cresceram depressa; no ano de 2015, 0,5% do PIB foi destinado as universidades federais. Apontam que os alunos de IES públicas custam cerca de duas a três vezes mais do que os alunos de IES privadas. Esse debate que tem ganhado proeminência no País pode comprometer os avanços galgados revelando-se como um fato preocupante.

Diante do exposto, deve-se ficar atentos, pois a possibilidade de retrocesso é grande no ainda tímido processo de expansão e democratização do ensino superior.

REFERÊNCIAS

ANPEDE. **Entrevista com Carlos Roberto Jamil Cury (vice-presidente da SBPC)**. 2017. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-carlos-roberto-jamil-cury-vice-presidente-da-sbpc>> Acesso em: 27 de Jan. 2018

ASSUMPÇÃO, A. S. B. M. **A mulher no ensino superior distribuição e representatividade**. Cadernos do GEA, n. 6, jul./dez. 2014

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



BARROS, A. S. X. **Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades.** Educ. Soc., v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., Campinas, 2015.

BARBOSA, C. L.; et al. **Educação superior brasileira: expansão e contradições (2003 – 2014).** Paraíba, 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Iorii/Dropbox/TCC/Artigos/EDUCA%C3%87%C3%83O%20SUPERIOR%20BRASILEIRA%20EXPANS%C3%83O%20E.pdf> Acesso em: 10 de Jan. 2018.

BRASIL. **Acesso de estudantes pobres à universidade pública cresce 400% entre 2004 e 2013, diz IBGE.** 2014 Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/12/acesso-de-estudantes-pobres-a-universidade-publica-cresce-400-entre-2004-e-2013-diz-ibge>> Acesso em: 30 de Jan. 2018.

CALDERÓN, A. I. **Universidades mercantis: a institucionalização do mercado universitário em questão.** Perspectiva, São Paulo, vol.14 n. 1 p. 61-72, 2000.

CATANI, A. M. ; HEY, A. P.; GILIOLI, R. S. P. **PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?** Educar, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.

CISLAGHI, J. F. **A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula.** Serv. Soc. Soc., São Paulo , n. 106, p. 241-266, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000200004> Acesso em: 30 de Jan. 2018

CHACON, J. M. T.; CALDERÓN, A. I. **A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula.** Revista Iberoamericana de Educación Superior, v. 6 n. 17, 2015.

FRANCO, A. P. **Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições.** Jornal de políticas educacionais. Nº 4. Jul–dez de 2008, p. 53–63.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L. **As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva.** Série Cadernos do CEJ, 24. Disponível em: <<http://sites.multiweb.ufsm.br/afirme/docs/Artigos/var02.pdf>> Acesso em: 11 de Jan 2018.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental.** Brasília, 2002.

LIMA, M. **Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula.** Novos estud. - CEBRAP. [online]. n.87, p.77-95, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005> Acesso em: 25 de Jan. 2018

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

"Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas"

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



MANCEBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, B. T. **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010**. Revista Brasileira de Educação v. 20 n. 60 jan.-mar. 2015.

MORAIS, F. A. A. **O Prouni e a promoção da inclusão social**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10252>. Acesso em 30 Jan 2018

SALDAÑA, P. **No ano do lema 'Pátria Educadora', MEC perde R\$ 10,5 bi, ou 10% do orçamento**. O Estadão, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,no-ano-do-lema-patria-educadora--mec-perde-r-10-5-bi--ou-10-do-orcamento,1817192>> Acesso em: 24 de Jan. 2018.

VARGAS, H. M. **Democratização da educação superior no Brasil novas dinâmicas, dilemas e aprendizados**. Cadernos do GEA, n.7, jan.-jun. 2015

ZAGO, N.; PAIXÃO, L. P.; PEREIRA, T. I. **Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal**. Educação em Foco, ano 19 - n. 27 - jan./abr. 2016 - p. 145-169.